

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS
REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO ESPECIAL
(Da Sra. Maria do Rosário)

Requer a criação da subcomissão especial sobre racismo e discriminação de crianças nas escolas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 29, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação da subcomissão especial sobre racismo e discriminação de crianças nas escolas.

Recentemente a história de Larissa (nome fictício), de 12 anos, trouxe à tona um problema presente em escolas de todos países, o racismo perpetrado contra crianças. No caso de Larissa o desfecho foi o afastamento por ao menos 30 dias do ambiente escolar por determinação médica, bem como o início de um tratamento psiquiátrico com fortes remédios ainda em tenra idade. Este foi motivado por depressão causada por ofensas raciais tratadas pela direção da escola como: “brincadeiras”¹.

Não foi a única a sofrer com a discriminação, no Acre uma menina de 10 anos, perdeu a vontade de ir à escola, após sofrer ofensas racistas feitas pelas colegas de classe. Segundo a tia da criança, ela teria sido chamada de “preta imunda e suja”. Mais uma vez a direção da escola foi negligente, tratando o caso como: “besteira”².

Enquanto nas duas situações é possível considerar a ação das instituições de ensino como descaso, no caso de Lorena, o racismo institucional fica ainda mais evidente. A escola na qual estudava solicitou sua transferência de turma alegando que:

¹ Fonte: www.geledes.org.br/larissa-12-anos-esta-em-tratamento-psiquiatrico-sofria-ofensas-raciais/

² Fonte: g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/11/menina-sofre-racismo-em-escola-do-ac-e-nao-quer-mais-ir-aula-diz-tia.html

“os colegas não se adaptaram a ela”³, após a diretora ter inclusive pedido que Lorena se desculpasse com seus colegas quando esta foi reclamar dos ataques que recebia. A menina que desde o início do ano vinha sofrendo racismo afirmou para a mãe que tinha vergonha de contar o que se passava, realidade vivenciada por inúmeras meninas que sofrem a dor do preconceito e da invisibilidade. Fenômeno reforçado pela pouca representação de crianças negras nos meios de comunicação, que também é apresentada por especialistas como causas do problema.

Os meninos negros, que quando chegam à adolescência entram nas estatísticas de violência letal, por vezes também sofrem as mesmas injúrias que Anderson Ramos, que passou boa parte da 4^a série sendo chamado de “macaco”, “preto fedido”, “sujo” e ouvindo “piadas” sobre seu cabelo crespo. Mais uma vez, o menino relatava os casos para a professora, que nada fez, e também para a mãe, que demorou a compreender que o filho estava sendo discriminado⁴.

Citaremos mais um caso, quando seria possível referir-se a inúmeros outros, para exemplificar como esses ataques podem ter início no período de formação das crianças, gerando consequências ainda mais nocivas.

Em uma escola infantil de Contagem, a avó de um menino se sentiu no direito de questionar: “*Quero saber por que deixaram uma negra e preta horrorosa e feia dançar quadrilha com meu neto?*” Estava se referindo a uma menina de 4 anos. A mãe da criança denunciou a mulher à polícia, bem como a diretora da escola, acusada de não apenas ter deixado de tomar qualquer providência para impedir as ofensas racistas, como de ter tentado abafar o caso⁵. A mãe conta, porém, que mais de um ano após o episódio, a filha segue fazendo acompanhamento psicológico, tendo sido transformada pelo trauma de menina independente e esperta, em uma criança que, segundo relatos, chora constantemente e que afirma ser: “*negra feia*”.

³ Fonte: pt.globalvoices.org/2015/05/06/brasil-vitima-de-racismo-em-escola-menina-e-obrigada-a-pedir-desculpas-aos-agressores/

⁴ Fonte: www.uai.com.br/app/noticia/saude/2015/10/12/noticias-saude,186939/racismo-na-infancia-e-na-escola-ainda-e-pouco-discutido-mas-criancas.shtml

⁵ Fonte: www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/07/20/interna_gerais,307109/mae-denuncia-racismo-contra-filha-de-4-anos-aluna-e-xingada-de-preta-horrorosa.shtml

Segundo a diretora-presidente do Instituto AMMA Psique e Negritude, Maria Lúcia da Silva, entre 8 meses e 3 anos de idade, o ser humano começa a notar as diferenças físicas entre ele e os outros. A especialista destaca que, nesse período, é fundamental que ele se sinta aceito, acolhido e valorizado nessas diferenças. É quando se dá o desenvolvimento da autoestima por meio do modo com que a criança é tratada pela família e também nas relações sociais. Assim afirma que: “*Ao ser xingada, a criança sente-se humilhada, envergonhada*”. Entre os efeitos da constante exposição a situações vexatórias, estariam o sentimento de desvalorização, a rejeição da própria imagem, a inibição e a dificuldade de confiar em si mesma.

Estudo da Unicef de 2010, mostrou ainda que, no Brasil, vivem 31 milhões de meninas e meninos negros e 140 mil indígenas. Ao todo, representam 54,5% de todas as crianças e adolescentes do país. Mesmo sendo a maioria da população nessa faixa etária, o acesso a serviços básicos de Saúde, Educação e à moradia para eles é bem diferente. Segundo o levantamento, uma criança negra tem 70% mais risco de ser pobre do que uma criança branca. Ainda segundo os dados publicados pela Unicef, uma criança negra entre 7 e 14 anos tem 30% mais chance de estar fora da escola. E uma criança indígena tem quase três vezes mais chance de não frequentar as salas de aula em relação a uma criança branca na mesma faixa etária.

Se o acesso ao ensino é difícil, permanecer nos bancos escolares também pode não ser uma tarefa simples por razões materiais, - necessidade de trabalhar para contribuir no sustento, ou manutenção da casa por meio do exercício das tarefas domésticas -, como em função do próprio preconceito que converte as escolas num lugar hostil. Elemento que pode ser depreendido pelos dados da pesquisa realizada pela Fundação Institucional de Pesquisas Econômicas (Fipe), em 2009, que mostrou que o preconceito étnico-racial é o segundo mais forte nas escolas brasileiras.

Tais relatos e dados apontam a necessidade de que se analise se o racismo é denominador comum na infância de alunos negros e negras, e se há racismo institucional nas escolas brasileiras. É preciso ainda que a Câmara dos Deputados se debruce sobre a temática da diferenciação entre o racismo e o “bullying”, dado que ao serem tratados como mesmo fenômeno, escondem níveis de desrespeito distintos, no qual o primeiro implica a desumanização do outro.

A escola, que precisa se firmar como espaço de valorização da diversidade cultural e respeito mútuo, poderia ter iniciado a luta contra o preconceito a partir da lei 10.639 que tornou o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” obrigatório nas escolas. Contudo, artigo do professor Dennis Oliveira, membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (Neinb), denuncia a persistência de problemas na implementação da lei, tal como a resistência de cursos superiores de pedagogia em incluir a matéria no currículo. Tema que também propomos que seja alvo de debate nesta subcomissão.

É preciso que enfrentemos os desafios apresentados para perseguirmos o objetivo de assegurarmos um ambiente escolar que respeite cada um e cada uma, e permita o pleno desenvolvimento de nossas crianças, livre da violência e do preconceito.

É essencial, portanto, que possamos proceder amplo debate nos qual sejam escutados, docentes, estudantes, gestores públicos e privados, acadêmicos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, só assim teremos um diagnóstico da amplitude necessária e poderemos formar um rol de propostas que nos instruam a agir. Considerando o exposto, sustentamos que a subcomissão consiste no espaço adequado e necessário para o desafio apresentado. Desta forma, requeiro a criação da Subcomissão Especial sobre Racismo e Discriminação de Meninas nas Escolas.

Sala da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em _____ de abril de 2017.

Maria do Rosário Nunes

Deputada Federal PT/RS

